

OS DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM FACE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SANTA OLGA, NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA EM MATO GROSSO DO SUL

THE CHALLENGES OF RURAL SETTLEMENTS IN FACE TO LOCAL DEVELOPMENT: A CASE STUDY IN SETTLEMENT SANTA OLGA, THE NOVA ANDRADINA CITY IN MATO GROSSO DO SUL

Fabiano Greter MOREIRA¹

Madalena Maria SCHLINDWEIN²

RESUMO: A permanência e a continuidade das pequenas propriedades no Brasil, sobretudo na Agricultura Familiar, dentro dos assentamentos rurais, não são apenas um desafio, mas a sobrevivência do campo como história de desenvolvimento rural e social e, ainda, a produção local de alimentos de uma sociedade. A pesquisa objetivou analisar as características demográfica e socioeconômica dos pequenos agricultores no Projeto de Assentamento (PA) Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul. A metodologia utilizada neste estudo está baseada em um estudo de caso, com coleta de dados por meio da aplicação de questionários aos assentados visitados, totalizando 90 lotes. Os principais resultados mostram o envelhecimento dos responsáveis pelos lotes, às fontes de rendimentos são complementadas com atividades não agrícolas, nível de escolaridade baixo, a carência de assistência técnica rural aos assentados são fatores de descaso pelos órgãos competentes e a ausência de cooperação dos produtores desestimula as organizações coletivas no assentamento.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento rural, aptidão, políticas públicas no campo.

INTRODUÇÃO

Segundo dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2014), a agricultura familiar é uma das atividades econômicas mais importantes do mundo, pois além de ser a responsável pela produção da maior parte dos alimentos, concentra cerca de 03 bilhões de pessoas em sistemas de produções familiares. Por isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Estes produtores representam mais de um terço da população mundial e produzem cerca de 70% dos alimentos que são consumidos no planeta.

No Brasil, quando se fala em produtos que estão diariamente à mesa dos brasileiros, pode-se dizer que eles são predominantemente advindos da agricultura familiar, que gera

¹ Professor nos Cursos de Administração, Gestão Financeira, Ciências Contábeis e Produção Sucoalcooleira, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: fabiano.gm12@hotmail.com

² Professora da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE) e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: MadalenaSchlindwein@ufgd.edu.br

empregos para mais de 12 milhões de brasileiros e que representa 74% da mão de obra empregada no campo, mobilizando as economias locais. Além disso, o setor responde por 33% do PIB da agropecuária brasileira e 10% do PIB nacional, com mais de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais no território brasileiro, com área ocupada de mais de 80 milhões de hectares no país, destacando-se na produção de mandioca (88,3%), feijão (68,7%), leite (56,4%), suínos (51%) e milho (47%), produtos diariamente utilizados, direta ou indiretamente, pelos consumidores e agroindústrias no país (MDA, 2014).

Segundo Lourenzani *et al.* (2008), a agricultura familiar tem assumido, ao longo do tempo, um papel socioeconômico de grande relevância no âmbito do agronegócio brasileiro. Seu desenvolvimento é entendido como uma das pré-condições para uma sociedade economicamente mais eficiente e socialmente mais justa. Para tanto, existem, segundo os autores, fatores que afetam significativamente o desempenho dos empreendimentos rurais, muitos dos quais fogem do controle da unidade de produção, enquanto outros, como a gestão da produção, estão mais diretamente vinculadas ao seu controle.

Agricultura familiar não é um termo novo, mas passou a contemplar novas significações ao propor um tratamento mais analítico de sua terminologia, o que possibilitou sua ampliação nas discussões acadêmicas, nas políticas de estado e no âmbito dos movimentos sociais (DAL SOGLIO; KUBO, 2009). Assim, a disponibilização de métodos gerenciais, apropriados para a agricultura familiar, visa contribuir para a promoção da sustentabilidade econômica desses empreendimentos. Nesse contexto, a gestão nas propriedades rurais exige, cada vez mais, eficiência no gerenciamento de melhores formas de organização, bem como a estabilização das famílias na região em que estão inseridas.

Desse modo, este estudo tem por objetivo caracterizar e analisar os fatores demográficos e socioeconômicos da população residente no Assentamento Santa Olga, do município de Nova Andradina, estado de Mato Grosso do Sul, destacando fatores, como: a composição familiar; as atividades produtivas; e o rendimento gerado.

Para esta pesquisa definiu-se por realizar um estudo de caso, que de acordo com Yin (2001), e diante de análises qualitativas e quantitativas abordadas por Creswell (2010). Moraes (1999) apresenta uma descrição e interpretação das informações das classes de documentos e textos da pesquisa de campo, por meio da análise de conteúdo. Assim, este estudo possui caráter qualitativo, complementado por dados quantitativos, utilizando-se de documentação e pesquisa de campo, com aplicação de questionários e entrevistas.

A área de pesquisa refere-se ao Projeto de Assentamento Santa Olga, o último assentamento que foi criado no município de Nova Andradina. Teve suas origens com a desapropriação de terra por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e foi instituído em junho de 2004, num total de 170 lotes, e uma área de 1.492,5021 hectares, estando localizado na Rodovia MS 276, KM 167 que

liga Nova Andradina à cidade de Ivinhema. A área anterior foi desapropriada e sua antiga origem era a Fazenda Santa Olga, de propriedade de José Lemes Soares (INCRA, 2012). O Projeto de Assentamento Santa Olga (PA Santa Olga) possui 2,33% de área do município de Nova Andradina e em torno de 08 ha em cada lote.

A população foi estudada por meio do cálculo do tamanho da amostra e o número de questionários que deveriam ser aplicados à população da região em análise, conforme método estatístico de Gil (2008). A amostra seria de 120 famílias, no entanto, somente em 90 lotes sorteados foi possível a aplicação de questionários e entrevistas, posto que em 29 propriedades não foram encontrados os responsáveis, que não moravam no lote, segundo vizinhos, o que corresponde a 24,16% do total da amostra. Além disso, houve 01 proprietário que não aceitou participar da pesquisa (este vive em total isolamento no lote, não possui família e a propriedade se encontra em total abandono). Para a realização da pesquisa no PA Santa Olga foram feitas visitas às propriedades rurais, e aplicados os questionários no período de maio a julho de 2014. Logo, foi encerrada a pesquisa de campo, com 90 questionários aplicados.

Por fim, destaca-se que as informações obtidas foram processadas com a utilização do software Statistical Package for the Social Sciences. A análise e interpretação dos dados coletados foram realizadas conforme o método descritivo, utilizando-se, ainda, técnicas de análise tabular e gráfica.

REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR

Para Martins (2003), a reforma agrária num país como o Brasil apresenta-se como um processo de distribuição e redistribuição de terras e de correção cíclica da estrutura fundiária concentracionista. Tal fato implica em estar centrado num projeto político e social de fortalecimento e expansão da agricultura familiar, fator que ampliará sua viabilidade, diversificando e multiplicando os mecanismos de acesso a terra.

De acordo com o INCRA (2011), a reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, objetivando atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Essa concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra, Lei nº 4504/64. Na prática, a reforma agrária proporciona, dentre outras coisas, uma democratização da estrutura fundiária, melhoria na renda das famílias, redução da migração e promoção da cidadania.

O que a reforma agrária desenvolvida no país objetiva é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. Para tanto, se faz necessária a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e região, a adequação institucional e normativa a

uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários, o forte envolvimento dos governos estaduais e das prefeituras, a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas, a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (INCRA, 2011).

Para Navarro *et al.* (2010), a primeira expressão de agricultura familiar ocorreu no ano de 1993 em um seminário sobre políticas agrícolas realizado em Belo Horizonte, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que deveria designar aquele conjunto de produtores. Ademais, os autores evidenciam ainda que, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em julho de 1996, a expressão agricultura familiar definitivamente se consagrou, institucionalizando tal noção e delimitando, por sua vez e objetivamente, o grupo de produtores sob sua definição.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, sancionada pela Presidência da República, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais - que varia entre cinco e 110 hectares, dependendo da localidade; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família e, ainda, silvicultores, aquicultores, extrativistas, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam, simultaneamente, a todos os requisitos de que trata a lei supracitada (BRASIL, 2006).

Em síntese, Bergamasco e Norder (1996) destacam que o assentamento rural é uma das formas objetivas de se fazer reforma agrária, acreditando que, de maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando à equalização do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra.

DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: ESPAÇO, TERRITÓRIOS E MULTITERRITORIALIDADES

Furtado (1964, p. 29) destaca que: “[...] o desenvolvimento é um processo de mudança social, pelo qual crescentes necessidades humanas preexistentes ou criadas pela própria mudança são satisfeitas por meio de uma diferenciação do sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas”.

Para Amaral Filho (2009), o desenvolvimento regional é um processo de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de fluxo da região, cuja divisão é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a condução de excedentes provenientes de outras regiões, processo que tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local e/ou da região.

Segundo Martins (2002, p. 53), “[...] o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente” e não somente participante do desenvolvimento. Isto implica rever a participação das pessoas em todo o processo (do planejamento à ação), devendo resultar tanto em melhorias efetivas das condições materiais de vida como assegurar a continuidade do processo.

Compartilhando da ideia de Amaral Filho (2009) e Martins (2002), Buarque (1998) comenta que o desenvolvimento local representa uma particular transformação nas bases econômicas e na organização social de uma localidade e/ou unidade territorial, processo endógeno capaz de promover o dinamismo econômico e melhorar a qualidade de vida das pessoas, resultante da mobilização das sinergias da sociedade local. Além disso, as oportunidades sociais e a viabilidade econômica local estão inseridas em uma realidade na qual interage e recebe influências e pressões peculiares, requerendo sempre a mobilização e ações dos atores locais em torno de um objetivo coletivo. Mais precisamente em relação ao objeto de pesquisa deste estudo, Buarque (1998, p. 11), menciona que os assentamentos rurais da reforma agrária “[...] são uma forma particular de desenvolvimento local delimitado pelo espaço da comunidade vinculada aos Projetos de Assentamentos”, promovendo um dinamismo econômico e social dos produtores rurais locais.

Perante os estudos de Buarque (1998), de Martins (2002), de Furtado (1964) e de Amaral Filho (2009), Sen (2000, p. 02) se refere às pessoas como “[...] agentes da economia e do desenvolvimento”, as quais, por meio de oportunidades sociais adequadas, de liberdades políticas e de facilidades econômicas podem efetivamente moldar fronteiras, construir novos caminhos e participar ativamente da sociedade, contribuindo, assim, na melhoria dos padrões de vida e no desenvolvimento econômico da comunidade a qual pertence sua liberdade.

Segundo Lourenzani (2006), os agricultores familiares são os que mais geram empregos e fortalecem o desenvolvimento local, pois distribuem melhor a renda, além de serem os responsáveis por uma parte significativa da produção nacional, respeitando mais o meio ambiente e, principalmente potencializando a economia dos municípios onde vivem. É relevante ressaltar a importância do dinamismo da economia para o desenvolvimento local. Em regiões e municípios pobres, deve-se perseguir, com rigor, o aumento de renda e da riqueza local por meio de atividades econômicas viáveis e

competitivas, com capacidade de concorrer nos mercados locais, regionais e, no limite, nos mercados globais. Assim, com economia eficiente, competitiva e gerando riqueza local sustentável, pode-se falar efetivamente em desenvolvimento local, segundo bem salientou Buarque (2002).

De acordo com Santos (2005), o desenvolvimento local pode ocorrer em áreas e setores que seguramente apresentam vantagens competitivas a serem desenvolvidas ou exploradas com base em suas potencialidades, desde que sejam criadas externalidades adequadas. Entretanto, é preciso destacar que os setores e as atividades econômicas mais simples e atualmente não competitivas, devem ser estimulados a alcançar a produtividade e a qualidade, de forma a se tornarem competitivas em médio e longo prazo. A construção da competitividade nos espaços locais aumenta a importância e a necessidade do estado como organizador dos investimentos, que visam às externalidades, com destaque especial para a educação.

Para Raffestin (1993), espaço e território não correspondem ao mesmo valor geográfico, pois o território se forma a partir de um determinado espaço, construído por qualquer ator; já o espaço é dado, ou seja, um local de possibilidades que o ator pode praticar ou manifestar sua intenção de se apoderar dele. Este território produzido no espaço possui um limite, que é manifestado em uma determinada área em que é preciso delimitar as operações de acordo com as relações estabelecidas entre o espaço e os atores envolvidos.

Com base nos estudos de Raffestin (1993), Santos (1996) destaca o espaço geográfico como uma ordem técnica científica informacional, por meio das ações globalizadas, constituindo uma razão global e uma razão local. Estas razões no espaço globalizado transportam o universal ao local, através da transformação e intervenção de interesses unilaterais, que afetam a sociedade e seu território, resolvendo aspectos socioeconômicos globalizados, mas, agravando outros, como problemas sociais e locais territorializados.

Para Haesbaert (2001), a territorialidade ou territórios são vistos como uma localização num espaço físico, com identidade cultural e controle espacial onde vivem, conforme suas relações de poder e estratégias identitárias, divididas entre suas relações políticas, econômicas, culturais e sociais, ordenadas no espaço local no qual o indivíduo está inserido. É, pois, nestas relações de poder que se estabelecem a luta pela terra e as analogias envolvendo os aspectos referentes à sucessão da gestão.

Para Lourenzani (2006), o desempenho da Agricultura Familiar é determinado por um conjunto grande de variáveis, seja decorrente das políticas públicas e da conjuntura macroeconômica ou de especificidades locais e regionais. O mesmo autor ainda explica que a elaboração de projetos agrícolas para a solicitação de crédito, a tomada de decisão sobre o que produzir, a escolha da tecnologia a ser adquirida, o processo de compra de insumos, a

venda de produtos, o acesso aos mercados e a complexidade de funções, concomitantemente, exigem capacitações gerenciais, ausentes na maioria dos produtores rurais.

CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA OLGA

Abordou-se problemas importantes relacionados às características de cada produtor rural do Assentamento Santa Olga, responsável pelo lote, tais como: composição familiar, fontes de rendimento, meios de produção e sua comercialização. Um fator de extrema relevância foi a grande quantidade de lotes que deveriam ter sido entrevistados e que não possuíam moradores.

Normalmente, as propriedades possuem nomes de identificação ou figuras que expressam a identidade do lote. Entretanto, cerca de 15,6% dos lotes não possui nomes, apenas o número, e em sua maioria não apresentam quaisquer nomenclaturas na entrada da propriedade. Dos 90 lotes pesquisados, apenas 01 dos entrevistados não se declarou o proprietário do lote, pois o sogro dele foi embora para o interior de São Paulo e deu o lote para o atual produtor (que não possui nenhuma documentação dessa transação), que disse durante a entrevista: “larguei tudo para trabalhar no lote, agora se ele quiser de volta, não saio nunca”.

Outro dado preocupante se refere às políticas públicas de reforma agrária por meio de Projetos de Assentamentos. Diante de um assentamento que possui apenas 10 anos de criação (INCRA, 2012), foi evidenciado mais de 30% de lotes na mão de segundo, terceiro e quarto donos, o que leva à reflexão sobre a eficácia das formas utilizadas na classificação dos produtores para receberem os lotes. Depois de sua criação no ano de 2004, apenas a partir de 2005 o Assentamento começou a ser povoado com ocupação de 21,3% dos lotes, fato esse devido a problemas estruturais, como a construção da casa, água e energia. Em 2006, outros 36% dos lotes foram ocupados; em 2007, 17,8% e os demais lotes nos anos subsequentes.

Todos os produtores para terem acesso ao PRONAF devem possuir o título do lote e/ou a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (BRASIL, 1996). O que se verificou no Assentamento pesquisado é que os lotes ainda não possuem a titularidade expedida pelo INCRA, apenas 47,8% dos produtores possuem a DAP, e 21,1% possuem apenas a Certidão de Posse, 17,8% tem apenas uma Carta de Desistência (situação esta dos segundo, terceiro e quarto donos) e 13,3% não possuem nenhum tipo de documento relacionado ao lote.

O Projeto de Assentamento Santa Olga está dividido em 170 lotes, com média por lote, considerando os sítios individuais de 3,42 ha (hectare) por propriedade e área societária que deveria ser explorada de forma conjunta entre os assentados. Hoje, essa área

se encontra individualizada, porém, grande parte dela está arrendada por produtores do Assentamento e fora dele em meio a divisões não adequadas, uma vez que o INCRA não realizou a distribuição correta desta área, que seria em torno de 2,78 ha por assentado, de acordo com as informações contidas no Mapa do Assentamento (INCRA, 2009).

Uma das maiores críticas dos produtores está relacionada ao tamanho do lote e à sua divisão, e para alguns assentados a distância do lote societário para a sua produção é de difícil acesso, tanto pela distância, quanto pelo fato de muitos não possuírem meios de transporte (mais de 5 km até o lote societário), sendo, muitas vezes, mais viável o arrendamento, pois a dinâmica do societário nunca funcionou e não possui aprovação dos produtores, conforme descreveram.

Quando se analisa a composição das famílias que moram nos lotes do Assentamento, verifica-se uma maior predominância de 02 a 04 pessoas por residência. Em 34,4% dos lotes residem famílias compostas por 02 pessoas, 24,4% correspondem a famílias com 04 pessoas e 14,4% com 03 pessoas. Tais dados apontam que muitas famílias possuem filhos residindo no meio rural, porém, a sua permanência no campo ainda é incerta. Sobre a composição familiar, destaca-se: esposa, esposo, filhos, pai, mãe, irmãos, sogra, sogro, noras, genros, netas e netos morando no mesmo lote. Dos 66,7% de casados e 14,4% de juntos, chegam a 45,5% os casais com filhos, dos quais 35,5% são meninos e 23,3% são meninas. Além disso, 32,2% dos casais não possuem filhos, que, em sua maioria, são aposentados/pensão, chegando a 59% do total e os demais são formados por separados com filhos, viúvas com netos e irmãos, sendo considerados apenas os residentes nos lotes.

Na Tabela 1 será apresentada a quantidade de moradores residentes no Assentamento, bem como o sexo dos familiares e dos responsáveis pela família.

Tabela 1: Quantidade de moradores residentes no Assentamento e o sexo da população pesquisada.

Sexo	Responsável pela Família		Membros Familiares		População Total	
	Percentual (%)	Nº de Assentados	Percentual (%)	Nº de Assentados	Percentual (%)	Nº de Assentados
Masculino	72,2	65	46,1	95	54,0	160
Feminino	27,8	25	53,9	111	46,0	136
Total	100	90	100	206	100	296

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que o maior percentual de responsável pela família ainda se refere ao homem, com 72,2% dos assentados. Porém, considerando a composição familiar, o feminino se torna mais evidente, representando mais de 53% dos membros da família, como pode ser observado na Tabela 1.

Na Tabela 2 será apresentado o nível de escolaridade dos proprietários responsáveis pelos lotes pesquisados. Encontrou-se um dado alarmante, a falta de instrução escolar de 63,3% de produtores que não completaram o ensino fundamental e outros 10% que são analfabetos. Esse pode ser um dos fatores responsáveis pelas dificuldades em termos de gestão da propriedade.

Tabela 2: Nível de escolaridade dos proprietários responsáveis pelos lotes e demais residentes no Assentamento Santa Olga.

Escolaridade	Responsável pela Família		Membros Familiares		População Total	
	Percentual (%)	Nº de Assentados	Percentual (%)	Nº de Assentados	Percentual (%)	Nº de Assentados
Analfabeto	10,0	09	6,9	12	7,9	21
Ensino Fundamental Incompleto	63,3	57	63,6	112	63,5	169
Ensino Fundamental Completo	4,4	04	1,2	02	2,2	06
Ensino Médio Incompleto	3,3	03	10,8	19	8,4	22
Ensino Médio Completo	16,8	15	11,9	21	13,5	36
Ensino Superior Incompleto	2,2	02	2,8	05	2,6	07
Ensino Superior Completo	0,0	00	2,8	05	1,9	05
Total	100	90	100	176	100	266

Fonte: Dados da pesquisa.

Grande parte dos produtores relata que o pouco estudo está relacionado à vida no campo. Descrevem que tinham que trabalhar com os pais, que não dava tempo para estudar e/ou que não tiveram oportunidade de escola próxima de suas moradias. Dos 35,5% de meninos e 23,3% de meninas, 51% estão estudando em diferentes níveis de escolaridade e 51% auxiliam nas atividades do campo e cerca de 27% possuem atividades de trabalho externa ao meio rural.

O período de moradia no Assentamento, entre 03 e 09 anos, chega a mais de 90% dos assentados. Outro fator relevante constatado é que 80% dos produtores estão no meio rural a mais de 20 anos. Isso mostra que o ambiente rural é intrínseco ao assentado, porém a aptidão ao campo é uma situação bem adversa.

Além da escolaridade baixa, a Tabela 3 apresenta um fator preocupante relacionado à continuidade das propriedades rurais, que é a idade avançada dos produtores no Assentamento. Em sua maioria, cerca de 51,1% dos responsáveis pelos lotes, está acima dos 40 anos, como já evidenciado nos estudos de Godoy (2010) e Camarano e Abramovay (1999) em pesquisa sobre os processos sucessórios para a Agricultura Familiar na região sul do país e em estudos realizados por Sangalli (2013) no Assentamento Lagoa Grande em Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul. Mas, por outro lado, um montante considerável de 44,2% de residentes nos lotes estão na faixa de até 20 anos, fator que leva à reflexão sobre o futuro da agricultura familiar nos Assentamentos, exigindo, para tanto, a efetivação de políticas públicas de fixação do jovem no campo.

Tabela 3: Nível de idade dos proprietários responsáveis pelos lotes e demais residentes no Assentamento Santa Olga.

Níveis de Idade	Responsável pela Família		Membros Familiares		População Total	
	Percentual (%)	Nº de Assentados	Percentual (%)	Nº de Assentados	Percentual (%)	Nº de Assentados
De 0 a 20 anos	0,0	00	44,2	91	30,7	91
De 21 a 40 anos	17,8	16	26,3	54	23,7	70
De 41 a 60 anos	51,1	46	21,3	44	30,4	90
61 ou mais anos	31,1	28	8,2	17	15,2	45
Total	100	90	100	206	100	296

Fonte: Dados da pesquisa.

O envelhecimento da população residente no Assentamento Santa Olga é acrescido de uma quantidade significativa de pessoas com pouca força de trabalho. Em muitos casos, os produtores relatam: “não aguento mais trabalhar; estou cansado; tem pessoas que são mais novas e não tem coragem”. Tal aspecto vem evidenciar uma alerta para o futuro das propriedades, bem como para a produção de alimentos na região pesquisada.

No que se refere às origens dos produtores residentes no Assentamento, verificou-se, com a pesquisa, que 31,1% são naturalizados no estado de Mato Grosso do Sul (MS), 35,6% migraram do estado de São Paulo (SP) e 11,1% do estado do Paraná (PR), estados estes que fazem divisa com Mato Grosso do Sul. Os demais produtores, em menor número, são migrantes de regiões como Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Minas Gerais (MG), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN), Rondônia (RO) e Sergipe (SE).

Quando se fala em estado civil dos produtores responsáveis pelas propriedades, um fator chamou muito a atenção durante este estudo. Trata-se da quantidade de viúvas residentes no Assentamento, em virtude do falecimento de seus maridos, e, por

consequente gostarem de viver no campo. Em sua maioria, das 25 mulheres responsáveis pela propriedade, 40% são viúvas, atingindo 11% do total pesquisado, seguido de 66,7% de casados e 14,4% que se declaram juntos (união estável), contrapondo os estudos de Camarano e Abramovay (1999) que se referem à masculinização no campo.

Diante dos dados analisados sobre as ocupações anteriores dos produtores do Assentamento Santa Olga, 30% dos assentados foram empregados de fazenda, 23,3%, diaristas, 10%, arrendatários e um número bem expressivo de 25,6%, não possuíam nenhum vínculo com o meio rural. Isso fica mais evidente quando perguntado sobre atividades realizadas fora do campo, em que cerca de 67,8% não desenvolveram trabalhos em outros ramos de atividades, mas 32,2% possuem experiência com distintas ocupações/empresas: frigorífico, madeireira, doméstica, motorista, pedreiros, usinas de açúcar e álcool, entre outros. Isso poder ser um dos motivos dos muitos problemas enfrentados nos Assentamentos Rurais, uma vez que é preciso ter vocação agrícola para ser produtor rural.

Segundo dados analisados durante esta pesquisa, o trabalho fora da propriedade no Assentamento Santa Olga se mostra como uma forma de sobrevivência de alguns donos de lotes, pois 36,7% dos assentados possuem trabalhos externos, alegando que “se não trabalhar fora do lote, morrem de fome”, e 63,3% trabalham apenas no lote. Destes que buscam trabalho fora da propriedade, muitos deles desenvolvem atividades assalariadas no município de Nova Andradina e região, como: motorista, auxiliar de produção, desossador, servente de pedreiro, tratorista, operador de máquinas, vendedor de roupas, doméstica, mecânico, além de atividades desenvolvidas no próprio Assentamento, como diárias e demais construções. Em alguns casos, o que se observa é que os lotes servem apenas para moradia da família.

A Tabela 4 apresenta a renda mensal dos produtores, de acordo com seus rendimentos dentro e fora da propriedade.

Os dados apresentados na Tabela 4 representam o nível de poder aquisitivo dos produtores em função de suas rendas mensais. Pode se verificar a maior representatividade, cerca de 52,2% de famílias que recebem entre 02 a 03 salários mínimos. Estes valores são formados não só pelas atividades do campo, como também de aposentadorias/pensão e de outras atividades, dentre elas: a de diarista, comércio, arrendamentos, bolsa família e rendas de atividades não agrícolas, autônomos e demais rendas de integrantes da família que desenvolvem atividades externas para manter o bem estar da família, uma vez que relataram que: “somente do lote não é possível sobreviver, pois o tamanho é pequeno e não permite maiores rendas”.

Tabela 4: Rendimentos mensais das famílias residentes no Assentamento Santa Olga.

Salários Mínimos (S M)	Percentuais (%)	Total de Produtores
Até 01 S M	2,2	02
Mais de 01 S M a 2 S M	24,4	22
Mais de 02 S M a 3 S M	52,2	47
Mais de 3 S M	21,2	19
Total	100	90

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 5 evidencia a composição dos rendimentos das 90 propriedades pesquisadas, de acordo com suas fontes. Um dado muito relevante é o percentual de famílias que recebem aposentadorias/pensão, que chega a 50% do total. Além disso, em 38,9% dos lotes há algum tipo de rendimento proveniente de atividades não agrícolas. Destaca-se, ainda, que em 93,3% dos lotes há algum tipo de renda proveniente de atividades do campo, o que significa que em 7% dos lotes não há renda dessas atividades.

Tabela 5: Fontes de rendimentos das famílias residentes no Assentamento Santa Olga.

Fontes de Rendimentos ¹	Percentuais (%)	Total de Produtores
Renda das Atividades do Campo	93,3	84
Renda de Aposentadoria/Pensão	50,0	45
Diarista	17,8	16
Comércio	2,2	02
Arrendamento	12,2	11
Bolsa Família	13,3	12
Renda de Atividades Não Agrícolas	38,9	35

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: (1) Algumas famílias recebem rendimentos de diferentes fontes.

Os rendimentos de aposentadoria/pensão são expressivos e se correlacionam com a idade dos assentados, conforme os dados apresentados na Tabela 8. Contudo, a renda das atividades do campo se torna apenas complemento para estes casos de aposentadoria/pensão e atividades não agrícolas, que compreendem as atividades externas da propriedade, conforme já mencionado. Tais aspectos colocam um importante alerta em formato de questionamento: Será que o lote, no contexto abordado durante esta pesquisa, é apenas uma moradia ou parte do processo de reforma agrária para a produção de alimentos? Para Schneider (2003), a pluriatividade é decorrente de fatores externos aos pequenos produtores e esta prática, de diferentes atividades, depende das decisões dos responsáveis da família. Como, por exemplo, o mercado de trabalho não agrícola, que mantém a moradia no campo, ligada à unidade produtiva e a vida no espaço rural,

assumindo formas distintas de reforço de renda na unidade de produção familiar, ou até mesmo, optando pelo abandono da atividade agrícola.

A seguir será apresentado um desenho analítico dos rendimentos mensais e quais suas fontes de rendas, de acordo com a quantidade de produtores supracitados na Tabela 9, demonstrando o percentual de cada fonte e sua dimensão na receita dos assentados.

Neste contexto, os assentados que possuem rendimentos de até 01 salário mínimo são provenientes de atividades do campo, indicando uma baixa receita para a família, bem como o uso produtivo do lote.

No que se refere à composição de rendas das famílias, os percentuais de rendimentos de 01 a 02 salários mínimos, de acordo com as fontes de rendas dos assentados, evidencia que mais de 22% dos 45 produtores que auferem o benefício de aposentadoria/pensão recebem de 01 a 02 salários mínimos e, ainda, o início da participação de rendas de atividades não agrícolas que representam 8,94% do total de 35 assentados.

A Figura 1 apresenta a composição das fontes de rendimento de 02 a 03 salários mínimos dos assentados, que representa o maior quadro de rendimentos das famílias do Assentamento Santa Olga, com 52,2% dos produtores.

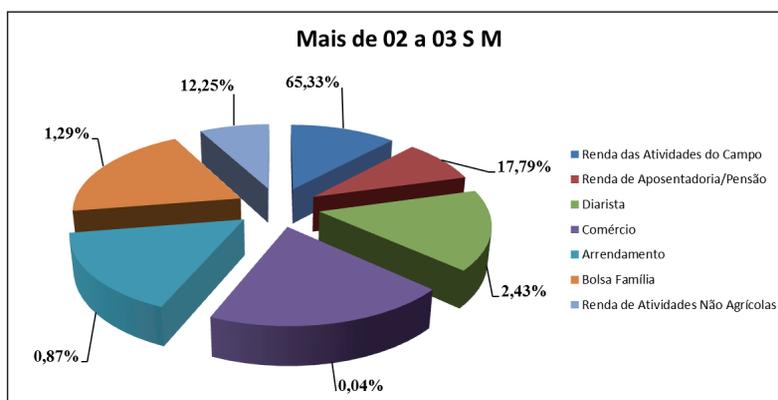


Figura 1: Composição das fontes de rendimento de acordo com o nível salarial mensal (Mais de 02 S M a 03 S M).

Fontes: Dados da pesquisa.

A evidência, apresentada pela Figura 1, direciona que os maiores rendimentos recebidos pelos produtores estão na faixa salarial mensal de mais de 02 até 03 salários mínimos, onde 12,25% destes rendimentos são provenientes de atividades não agrícolas, seguido de 17,79% de aposentados/pensão e somente uma parcela pequena de 2,43% derivado das atividades de diaristas.

A Figura 2 destaca a composição das fontes de rendimento com mais de 03 salários mínimos, que representa apenas 21,1% dos produtores do Assentamento Santa Olga.

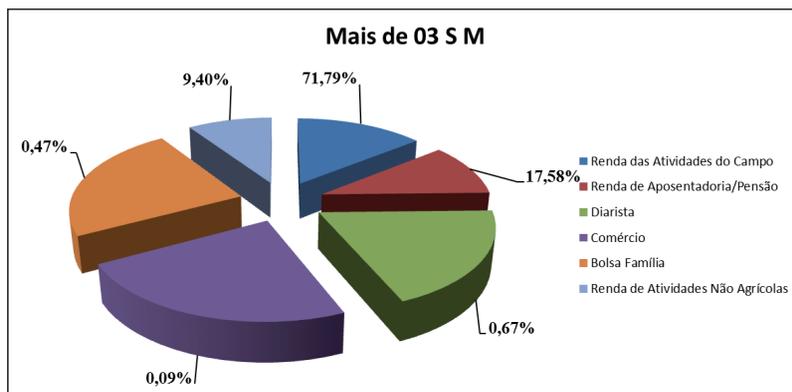


Figura 2: Composição das fontes de rendimento de acordo com o nível salarial mensal (Mais de 03 S M).

Fontes: Dados da pesquisa.

Na Figura 2 fica evidente que as rendas do campo está presente em todas as composições das fontes de rendimentos, porém mostra-se acompanhada de 17,58% de aposentadorias/pensão e 9,40% de rendas provenientes de rendas não agrícolas, que são valores indispensáveis e decisivos na permanência do homem no campo.

As linhas de crédito, como o PRONAF e outros empréstimos, são pouco utilizadas no Assentamento Santa Olga, pois somente 33,3% dos assentados possuem financiamentos. Uma situação muito interessante é que 20% dos 33,3% não possuem nenhum animal (vacas de leite) do referido financiamento, pois, segundo vários produtores, mudaram suas atividades de renda, relatando que: “foram induzidos a receber o financiamento, de maneira que adquirissem animais de uma determinada raça e um valor de assistência técnica rural nunca existiu e a maioria dos animais não rendeu o esperado”.

Um questionamento quase que unânime advindo dos produtores que estão na condição de segundo, terceiro e quarto proprietários está associado à regularização do lote, pois, segundo eles, sem a DAP, os mesmos não têm acesso às linhas de crédito destinadas à agricultura familiar, impedindo os investimentos e o aumento de produção. Tal fato é prejudicial para o bom andamento das atividades por parte do INCRA e para a entrega de certidões e/ou declarações de posse destes produtores, problema, também, evidenciado no estudo de Sangalli (2013) no Assentamento Lagoa Grande, em Dourados/MS, que

destacou os relatos dos produtores no que se refere à ausência de titularização/certidões dos lotes pelos órgãos competentes, os quais, muitas vezes, são obrigados a fazer empréstimo de notas fiscais de outros produtores, em caso de vendas externas.

Sobre a produção orgânica no Assentamento, ainda não se tem um entendimento do que realmente esta atividade significa, como ela deverá ser explorada e quais caminhos de sua comercialização por parte de grande parte dos assentados. Tal fato ficou evidenciado nos relatos dos 5,6% de produtores que acreditam desenvolver esta prática, no entanto, se esbarram no quesito “não possuir assistência técnica adequada”. No entanto, muitos deles acreditam que para a saúde e bem estar das pessoas, principalmente das crianças, a produção orgânica é de extrema importância para uma vida mais saudável no lote e fora dele.

A Figura 3 apresenta os produtos, as culturas, os animais e outras atividades do campo que geram renda aos assentados, de acordo com a sua importância e nível de potencialidade nas propriedades familiares, conforme o índice de rendimentos mensais dos residentes do Assentamento Santa O

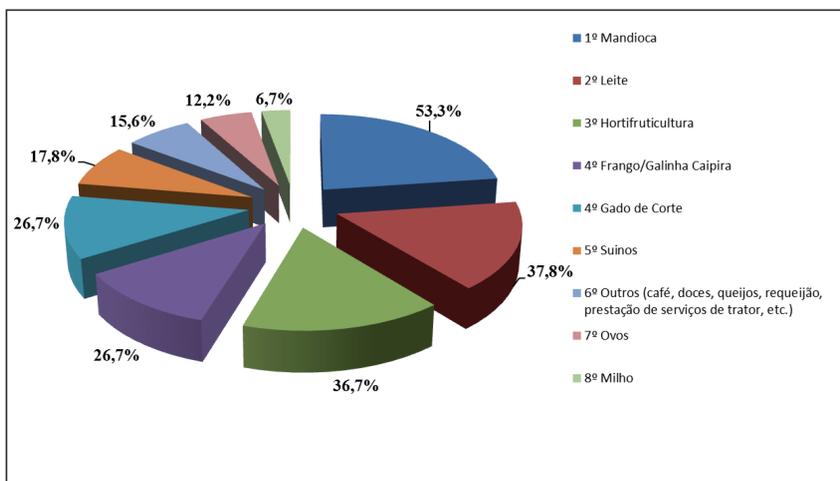


Figura 3: Produtos, culturas, animais e outras atividades do campo que geram renda aos assentados.

Fonte: Dados da pesquisa.

A mandioca é uma das culturas mais desenvolvidas pelos assentados, com 48 produtores (53,3%), em seguida o leite, com 34 (37,8%) e a hortifruticultura com 33 produtores (36,7%), formando a base de sustentação na produção do lote e demais atividades subsequentes.

No que se refere à comercialização da produção dos assentados, algo chama muito a atenção, sobretudo no que se refere à entrega do leite. Foram constatados mais de dois laticínios que recebem o leite dos assentados por meio de resfriadores que se localizam em lotes receptores, além da Coopaolga, que beneficia o leite dos cooperados para serem entregues nas escolas, somado ao número de muitos produtores que continuam a realizar a venda direta do leite aos consumidores, tanto no Assentamento, quanto nas praças do município e região. Isso se aplica a todos os produtos, culturas, animais e outras atividades de produção nos lotes. Outro dado relevante é que somente 13,3% dos assentados participam de programas de venda pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do PNAE, e os demais produtores não participam, pois alguns não possuem os documentos necessários para se habilitar ao programa (a DAP) e outros questionam a diretoria da cooperativa e a maneira como são conduzidos os trabalhos e as negociações. Por isso, a comercialização informal se predomina.

No que se refere à descrição do lote, as casas são de alvenaria, com área reservada para a sede entre 600 m² a 1000 m². A maioria dos lotes é cercada com arame liso, possui curral, ordenha, trituradores, choque elétrico, resfriador de leite, carroça, tratorico, barracão de madeira (paiol), galinheiro, chiqueiro, trator, implementos agrícolas, veículos automotores e alguns com irrigação e horta. A origem da água é a rede do próprio Assentamento (poço artesiano), com alguns casos isolados de produtores que possuem poços artesanais e poço comum (poço caipira). Certo número de produtores reclama que a água do poço do Assentamento não chega até o lote e, ainda, 13,3% dos assentados possuem arrendamentos em outros lotes do Assentamento, em especial um que tem 09 lotes arrendados para a criação de gado de corte, o que de acordo com o INCRA é ilegal, uma vez que os proprietários não podem vender e/ou arrendar o lote a outra pessoa.

Como já mencionado na descrição do Projeto de Assentamento Santa Olga, o mesmo possui uma cooperativa e uma associação, que têm por objetivo estabelecer a cooperação entre os assentados, buscando parcerias com fornecedores de suprimentos para a criação de gado, plantio de mandioca e leite, assistência técnica rural, entre outros, conforme, também, salientou os estudos de Vilpoux (2014), que tratou da cooperação nos Assentamentos na região do centro-oeste do Brasil. Logo após a análise dos dados levantados na pesquisa, percebeu-se uma abstenção elevada em termos de participação nas organizações coletivas do Assentamento, conforme apresentado na Tabela 6.

Tabela 6: Análise de participação dos assentados na Associação/Cooperativa do Assentamento Santa Olga.

Participação (Associação/Cooperativa)	Percentual (%)	Total de Produtores
Associação	16,7	15
Cooperativa	12,2	11
Não participa	60,0	54
Participa das duas	11,1	10
Total	100	90

Fonte: Dados da pesquisa.

O percentual de não participantes tanto na Associação quanto na Cooperativa é de 60%, e os motivos são os mais diversos: não recebeu convite; formam pequenos grupos; não possuem a DAP; discussões com as diretorias; regularização dos lotes; falta de tempo; acham que as pessoas na direção não são capacitadas; entre outros. Por outro lado, os produtores que participam da associação ou da cooperativa ressaltam alguns benefícios, dentre eles: discutir melhorias para o Assentamento e assentados; implementos agrícolas, como o trator, com preço mais barato e acessível a todos; entrega e comercialização dos produtos de forma garantida e segura; participação no PNAE com a união dos produtores visando mais oportunidades de melhoria da produção e desenvolvimento do Assentamento. Alguns relatos expressam a importância da cooperação entre os produtores: “deve-se participar pensando na melhoria da propriedade, acesso a trator e implementos, reivindicar suas necessidades; visão de renda e melhoria no valor do produto; buscar melhoria e funcionamento do Assentamento”.

No que se refere à assistência técnica, é possível observar na Figura 4 o quadro atual de recebimento dessa assistência por parte dos assentados do PA Santa Olga.

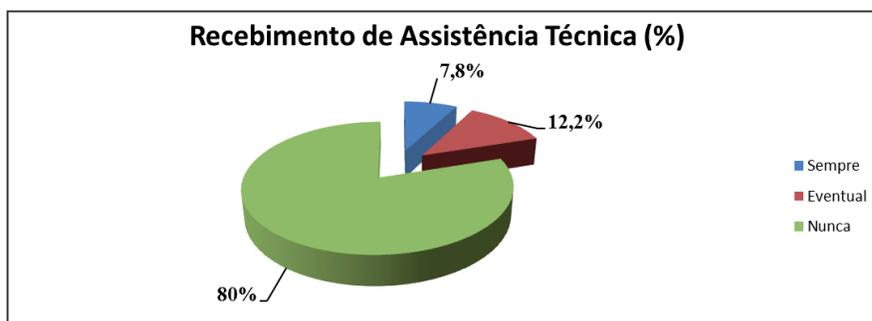


Figura 4: Percentual de Recebimento de Assistência Técnica Rural dos Assentados do PA Santa Olga.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da Figura 4 comprovam que é muito deficiente a política de assistência técnica rural. Os resultados desta pesquisa mostraram que o seu acesso é para poucos, pois, em um Assentamento com 10 anos de criação, 80% dos produtores relataram que nunca receberam nenhum tipo de assistência técnica, o que é algo desconcertante frente à dimensão de um Projeto de Assentamento e no que tange à vida econômica, social e política das famílias ali assentadas.

É sabido que órgãos governamentais, como o INCRA, devem realizar chamadas públicas para formalizar qual assistência técnica rural será a responsável pelo trabalho nos Assentamentos. Aqueles produtores que recebem assistência técnica rural são assentados cooperados à associação e à cooperativa do assentamento Santa Olga, que recebem visitas do SEBRAE, da AGRAER e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Integrado – SEMDI, de Nova Andradina. No entanto, vários outros produtores, que também são filiados às organizações coletivas do Assentamento, não compartilham deste serviço de orientação técnica na propriedade, alegando desconhecer este serviço e sua disponibilidade. Logo, é preciso destacar que a assistência técnica é peculiar a cada região e produtor, devendo atendê-los de acordo com as suas necessidades, como bem evidenciou os estudos de Batalha (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa traçou uma descrição demográfica e socioeconômica nas propriedades rurais do Assentamento Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina. Para tanto, ressaltou a visão do responsável pela família, que é o formador de opinião e o detentor de condutas das atividades no campo, bem como a tomada de decisões e o desenvolvimento futuro daquelas propriedades.

Ao se tratar de rendimento e continuidade da propriedade rural no Assentamento, a necessidade de renda de atividades externas para complemento e/ou até mesmo, na maioria dos casos, como principal rendimento para conseguir estabelecer uma vida confortável ou apenas viver no lote, demonstra a falácia de um segmento tão plausível no país, denotando os vários números expressivos de produção e empregabilidade apresentados, bem como a ineficiência dos programas de apoio ao pequeno produtor rural constatada neste estudo.

Os caminhos e descaminhos do Desenvolvimento Local no Assentamento pesquisado se esbarram em questões conflitantes de organização da estrutura dos lotes, uma vez que, a divisão do Assentamento foi realizada de forma individual e societária, em que cada produtor possui seu lote e outra parte está localizada em uma área única, denominada de área societária, que não possui controle e seu real objetivo nunca foi consolidado.

Todos estes fatores devem atender a multiterritorialidade de cada assentado, sobretudo as peculiaridades locais e as demandas de produção e comercialização de cada região, gerando formas sustentáveis de permanência do homem no campo e de seus sucessores, proporcionando produção e renda suficientes para a continuidade da propriedade.

Portanto, os resultados obtidos criam subsídios para o complexo estado de desenvolvimento local nos lotes de Assentamentos. De maneira gradual e realista e nos moldes de constatação desta pesquisa, mediante suas dificuldades, características pessoais e ausência de uma estrutura fundiária de reforma agrária efetiva, formam um cenário incerto as pessoas dinamizadas neste processo. Por outro lado, a continuidade da propriedade, sem orientação, pode tornar este modelo de política pública uma regressão na Agricultura Familiar do país.

Por fim, sugere-se uma maior atuação do Estado no Assentamento, sobretudo do INCRA, a fim de conceder a titularidade dos lotes e as DAPs aos assentados, e uma efetiva assistência técnica rural aos produtores, inserindo-os nos programas governamentais e uma melhor governança da propriedade e desenvolvimento de cunho local do assentamento.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. The Challenges of Rural Settlements in Face to Local Development: a Case Study in Settlement Santa Olga, the Nova Andradina City in Mato Grosso do Sul. *ORG & DEMO* (Marília), v. 16, n. 1, p. 9-30, Jan./Jun., 2015.

ABSTRACT: The permanence and continuity of small farms in Brazil, especially in family farming within the rural settlements are not only a challenge, but the survival of the countryside as a history of rural and social development and also to local food production a society. The research aimed to analyze the demographic and socioeconomic characteristics of small farmers Settlement Project (PA) Santa Olga, located in Nova Andradina in Mato Grosso do Sul. The methodology used in this study is based on a case study with collection data through the use of questionnaires to visited settlements, totaling 90 lots. The main results show the aging of the plot owners, the income sources are supplemented with non-agricultural activities, low education level, lack of rural technical assistance to the settlers neglect are factors by the competent bodies and the lack of cooperation of producers discourages collective organizations in the settlement.

KEYWORDS: rural development, fitness, public policy in the field.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, n. 23, jun., 2009.
- BATALHA, M. O. **GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Industriais**. Gestão agroindustrial. 3. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.
- BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, DF: IICA, 1998.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Presidência da República. Brasília/DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 18 abr. 2013.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (orgs) **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2009.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Califórnia: Univ of California Press, 1964.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, C. M. T. *et al.*. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. **48 Congresso da SOBER**, Campo Grande/MS, 25 a 28 de julho de 2010.

HAESBAERT, R.. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 3. p. 1769-1777, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT**, Rel_0227. Brasília/DF. 23/03/2012. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. **Histórico da questão agrária**. Brasília/DF, 02/12/2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/historico-da-questao-agraria>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. Superintendência Regional de Santarém. **Relatório de Gestão do Exercício de 2010**. Santarém/PA, junho de 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorio_de_gestao_sr30_stm_retificado.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

_____. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. **Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária: Imóvel Projeto de Assentamento Santa Olga**. Campo Grande/MS, março de 2009. Protocolo nº 278, INCRA/UAD/MS, 14/04/2014, Dourados/MS.

LOURENZANI, W. L. Capacitação Gerencial de Agricultores Familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 8, n. 3, 2006.

LOURENZANI, W. L.; PINTO, L. B.; CARVALHO, E. C. A.; CARMO, S. M. A qualificação em gestão da agricultura familiar: a experiência da Alta Paulista. **Revista Ciência em Extensão da UNESP**. São Paulo, v.4, n.1., p. 62-76, 2008.

MARTINS, J de S. A Reforma Agrária no Segundo Mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**. São Paulo, v. 15, n.2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a06v15n2.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 51-59, 2002.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Agricultura familiar garante alimentos e renda em todo o mundo**. Brasília/DF. 14 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.aiaf2014.gov.br/portalmda/noticias/agricultura-familiar-garante-alimentos-e-renda-em-todo-o-mundo>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

MORAES, R.. Análise de conteúdo. **Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NAVARRO, Z, GASQUES, J. G, VIEIRA FILHO, J. E. R. A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. In: NAVARRO, Z, GASQUES, J. G, VIEIRA FILHO, J. E. R. (org.) **Agricultura Familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANGALLI, A. R.. **Assentamento Lagoa Grande em Dourados/MS: aspectos socioeconômicos, limitações e potencialidades para o seu desenvolvimento**. 2013. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados.

SANTOS, M.. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. v. 2

SANTOS, T. C. F. Agricultura familiar e desenvolvimento local: uma análise do perfil socioeconômico do povoado Vassoural, no município de Paço do Lumiar/MA. In: **Anais...XLIII Congresso da SOBER**. Instituições, Eficiências, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial. Ribeirão Preto. 2005.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VILPOUX, O. F. Agrarian reform and cooperation between settlers in the Midwest of Brazil: An institutional approach. **Land Use Policy**, v. 39, p. 65-77, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Submetido em: 12/10/2014

Aceito em: 25/03/2015

